

## WEBER

O pensador alemão Max Weber (1864-1920) foi um dos fundadores das ciências sociais contemporâneas. Suas obras representam uma importante contribuição ao pensamento político e econômico, à história e à filosofia, sobretudo à ética, sendo o clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905) provavelmente seu livro mais conhecido neste campo.

Um dos temas centrais da análise sociológica e política de Weber é precisamente a questão dos limites da responsabilidade moral, derivado de seu interesse pela influência do protestantismo, sobretudo calvinista, na formação da sociedade e da cultura europeias desde o século XVI.

Em sua discussão sobre a formação da sociedade moderna, Weber examina a importância do cálculo racional na tomada de decisão, quando se avaliam os melhores meios de se alcançar um objetivo e se discute a eficiência como critério para a determinação dos resultados das ações sociais. A questão da contribuição do progresso técnico e científico à sociedade ocupa igualmente um lugar central na análise de Weber.

É também de grande importância a distinção teórica e metodológica que faz entre as ciências naturais e as sociais, uma das discussões mais controversas da filosofia da ciência do século XX.

As reflexões supostamente pessimistas de Weber devem ser situadas no quadro sombrio em termos sociais, políticos e econômicos tanto da Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial quanto, logo em seguida, da crise alemã no pós-guerra.

## CIÊNCIA E POLÍTICA: DUAS VOCAÇÕES

### *A política como vocação*

Essa obra reúne o conteúdo de duas conferências sobre vocação política apresentadas aos estudantes da Universidade de Munique em 1919. Selecionei um texto da segunda delas, "A política como vocação", em que Weber formula sua célebre distinção entre uma ética da convicção (*Gesinnungsethik*) e uma ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*).

Weber contrasta, inicialmente, a situação política da Alemanha com a de outros países europeus, em especial a Inglaterra, com nações do Oriente e, sobretudo, com os Estados Unidos, analisando as características específicas e a formação do sistema político de cada um deles. Em seguida, questiona a relação entre ética e política. Haveria uma especificidade da ética na política? É neste contexto e para tentar responder a esta pergunta que estabelece a distinção entre uma ética da convicção e outra da responsabilidade.

Embora recorra, como ilustração, ao "Sermão da montanha" (*Evangelho segundo São Mateus*, 5, 38-42), para Weber a ética da convicção não é necessariamente religiosa: uma vez que se caracteriza essencialmente pelo compromisso com um conjunto de valores associados a determinadas crenças. Nesse caso, as intenções do agente são mais importantes que as considerações dos resultados e do sucesso de seus atos.

A ética da responsabilidade, ao contrário, valoriza sobretudo as consequências da ação e a relação entre meios e fins, com base nas quais um ato deve ser julgado como bom ou mau. Embora não obrigatoriamente se excluam, há situações em que as considerações das consequências e os compromissos com as convicções podem de fato entrar em conflito; então uma decisão deve ser tomada e uma das duas, prevalecer.

Weber foi um defensor da ética da responsabilidade, que considerava mais crítica, preocupada com a prática e adequada à tomada de decisões no mundo político, enquanto a ética da convicção tendia a ser mais rígida e dogmática.

“E, então, que relações têm realmente a ética e a política? Não haverá qualquer ligação entre as duas, como já se afirmou em algumas ocasiões? Ou será verdade o oposto: que a ética da conduta política é idêntica à de qualquer outra conduta? Ocasionalmente, acreditou-se existir uma escolha exclusiva entre as duas proposições: uma delas deve ser a correta. Mas será verdade que qualquer ética do mundo poderia estabelecer mandamentos de conteúdo ideal

para as relações eróticas, comerciais, familiares e oficiais; para as relações com nossa mulher, com o verdureiro, o filho, o réu? Será realmente tão pouco importante para as exigências éticas à política que esta opere com meios muito especiais, ou seja, o poder apoiado pela *violência*? Não vemos que os ideólogos bolchevistas e espartacistas provocam exatamente os mesmos resultados que qualquer ditador militarista, justamente porque usam esse meio político? Em que, a não ser nas pessoas dos detentores do poder e seu diletantismo, diferem o domínio dos conselhos de trabalhadores e soldados e o domínio de qualquer detentor do poder no velho regime? De que modo difere a polêmica da maioria dos representantes da ética presumidamente nova da ética dos adversários que criticavam, ou da ética de qualquer outro demagogo? Em sua nobre intenção, poder-se-á dizer. Bem! Mas é dos meios que falamos aqui, e os adversários, com sinceridade completa e subjetiva, pretendem, da mesma forma, que suas intenções últimas são de caráter elevado. “Quem com ferro fere com ferro será ferido”, e a luta é a luta em toda parte. Daí a ética do “Sermão da montanha”.

No “Sermão da montanha” vemos a ética absoluta do Evangelho, que é uma questão mais séria do que o acreditam as pessoas que gostam de citar hoje tais mandamentos. Esta ética não é brincadeira. O mesmo que se disse da causalidade na ciência se aplica a ela: não é um carro que podemos parar à vontade; é tudo ou nada. É precisamente esse o significado do Evangelho, para que dele não resultem trivialidades. Daí, por exemplo, ter sido dito do jovem rico: “Ele se foi em meio ao sofrimento, pois tinha muitas posses.” O mandamento do evangelista, porém, é incondicional e sem ambiguidades: dá o que tens – absolutamente tudo. O político dirá que essa imposição é socialmente sem sentido, enquanto não for realidade em toda parte. Assim, o político defende a tributação, a tributação confiscatória, o confisco puro e simples – numa palavra, a coação e a regulamentação para todos. O mandamento ético, porém, não se preocupa com isso, e essa despreocupação é a sua essência. Ou tomemos o exemplo “ofereça a outra face”: esse mandamento é incondicional e não duvida da fonte da autoridade que tem a outra pessoa para golpear. Exceto para um santo, é uma ética de indignidade. Eis aí: devemos ser santos em tudo; pelo menos na intenção, devemos viver como Jesus, os apóstolos, são Francisco e outros semelhantes. *Então* essa ética terá sentido e expressará um tipo de dignidade; de outra forma, tal não acontece. Já se disse, de acordo com a ética acósmica do amor, “não resistiu ao mal pela força”; para o político, a proposição inversa é que tem valor: “o mal *deve* ser resistido pela força”, ou seremos responsáveis pela sua vitória. Quem desejar seguir a ética do Evangelho deve abster-se de golpes, pois eles significam a compulsão; pode ingressar nos sindicatos da companhia. Acima de tudo, não deve falar de “revolução”. Afinal de contas, a ética do Evangelho não deseja ensinar que a guerra civil é a única legítima. O pacifista que segue o Evangelho se recusará a pegar em armas ou as lançará

por terra. Na Alemanha, era esse o dever ético recomendado para acabar com a guerra e, portanto, com todas as guerras. O político dirá que a única forma segura de desacreditar a guerra para todo o futuro previsível seria uma paz do *status quo*. As nações teriam indagado, então, “para que esta guerra?” E a guerra teria sido argumentada *ad absurdum*, o que é hoje impossível. Para os vencedores, pelo menos para parte deles, a guerra terá sido politicamente lucrativa. E a responsabilidade disso cabe ao comportamento que nos impossibilitou qualquer resistência. E em consequência da ética do absolutismo, quando o período de exaustão tiver passado, *a paz estará desacreditada, não a guerra*.

Vejam, finalmente, o dever da fidelidade. Para a ética absoluta, trata-se de um valor incondicional. Daí se ter chegado à decisão de publicar todos os documentos, especialmente os que colocavam a culpa em nosso próprio país. À base dessas publicações unilaterais, seguiram-se as confissões de culpa – e foram unilaterais, incondicionais e sem preocupação com as consequências. O político verá que em consequência a verdade não foi esclarecida, e sim certamente obscurecida pelo exagero e pelo despertar das paixões; somente uma investigação metódica completa pelos não participantes poderia ser proveitosa; qualquer outra medida pode ter consequências, para uma nação, impossíveis de remediar durante décadas. Mas a ética absoluta simplesmente não *pergunta* quais as “consequências”. Esse ponto é decisivo.

Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamental e irreconciliavelmente diferentes: a conduta pode ser orientada para uma “ética das últimas finalidades”, ou para uma “ética da responsabilidade”. Isto não é dizer que uma ética das últimas finalidades seja idêntica à irresponsabilidade, ou que a ética de responsabilidade seja idêntica ao oportunismo sem princípios. Naturalmente ninguém afirma isso. Há, porém, um contraste abismal entre a conduta que segue a máxima de uma ética dos objetivos finais – isto é, em termos religiosos, “o cristão faz o bem e deixa os resultados ao Senhor” – e a conduta que segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem de prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos.

Pode-se demonstrar a um sindicalista convicto, partidário da ética dos objetivos finais, que seus atos resultarão num aumento das oportunidades de reação, na maior opressão de sua classe e na obstrução de sua ascensão – sem causar nele a menor impressão. Se uma ação de boa intenção leva a maus resultados, então, aos olhos do agente, não ele, mas o mundo, ou a estupidez dos outros homens, ou a vontade de Deus que assim os fez, é responsável pelo mal. Mas um homem que acredita numa ética da responsabilidade leva em conta precisamente as deficiências médias das pessoas; como Fichte disse corretamente, ele não tem nem mesmo o direito de pressupor sua bondade e perfeição. Não se sente em condições de onerar terceiros com os resultados de

suas próprias ações, na medida em que as pôde prever. Dirá: esses resultados são atribuídos à minha ação. Quem acredita numa ética de objetivos finais só se sente responsável por fazer que a chama das intenções puras não seja sufocada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reanimá-la sempre é o propósito de seus atos bastante irracionais, julgados à luz de seu possível êxito. São atos que só podem ter, e só terão, valor exemplar.

Mesmo nesse caso o problema ainda não está esgotado. Nenhuma ética do mundo pode fugir ao fato de que em numerosos casos a consecução de fins “bons” está limitada ao fato de que devemos estar dispostos a pagar o preço de usar meios moralmente dúbios, ou pelo menos perigosos – e enfrentar a possibilidade, ou mesmo a probabilidade, de ramificações daninhas. Nenhuma ética no mundo nos proporciona uma base para concluir quando, e em que proporções, a finalidade eticamente boa “justifica” os meios eticamente perigosos e suas ramificações. ”

### QUESTÕES E TEMAS PARA DISCUSSÃO

1. Para Weber, em que sentido devemos considerar o aspecto individual da ética em relação ao contexto social mais amplo?
2. Como Weber entende a relação entre ética e política?
3. Qual a importância da distinção entre ética da responsabilidade e ética da convicção?
4. Por que se pode dizer que Weber é um defensor da ética da responsabilidade?

### LEITURAS SUGERIDAS

- Donald Gunn Macrae, *As ideias de Weber*, São Paulo, Cultrix/USP, 1975.
- Gabriel Cohn, *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*, São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_, (org.), *Max Weber: sociologia*, São Paulo, Ática, 1982.
- Jessé Souza, *A atualidade de Max Weber*, Brasília, UnB, 2000.
- Maria Francesca Pinheiro Coelho (org.), *Política, ciência e cultura em Max Weber*, Brasília, UnB, 2000.
- Max Weber, *Metodologia das ciências sociais*, Campinas, Cortez/Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1996.
- Reinhard Bendix, *Max Weber: um perfil intelectual*, Brasília, UnB, 1986.